

**TJMG**

I N F O R M A T I V O

# Balanço de uma década: TJ acompanha evolução

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - DEZEMBRO - 2009**  
**ANO 15 - NÚMERO 145**



A primeira década do Século XXI chega ao fim e, com ela, ciclos se encerram e se iniciam. Nesta edição, o *TJMG Informativo* lembra alguns fatos que marcaram a época no Tribunal de Justiça, no Brasil e no mundo.

Páginas 6 e 7

## EDITORIAL

# Comunicação: esse desafio

Pesquisa divulgada no último mês de novembro coloca o dedo na ferida do Poder Público do Brasil, especialmente, do Judiciário. Realizada pelo Índice Latino-Americano de Transparência Orçamentária, as entrevistas foram feitas em 12 países da América Latina. No Brasil, participaram 86 pessoas, entre jornalistas da mídia impressa, sindicalistas, dirigentes de organizações não-governamentais, acadêmicos e parlamentares integrantes da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

A conclusão foi no sentido de que o Judiciário, entre os Poderes da República, é o menos transparente e de que é preciso ampliar o acesso da sociedade às informações sobre o que é feito com o dinheiro público. Na escala, o Brasil ficou em quarto lugar, com 49 pontos de um total de cem (totalmente transparente). Os primeiros colocados foram Costa Rica (69), seguida do Peru (54) e Panamá (50).

O estudo no Brasil foi coordenado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em parceria com a organização não-governamental mexicana Centro de Análise e Investigação (Fundar), que supervisionou o trabalho. De acordo com a pesquisa, o Executivo é o mais transparente quanto ao orçamento, aprovado por 74% dos entrevistados. O Poder Legislativo fica com 11% e o Judiciário, com 4%.

É fato recente a presença intensa do Judiciário na mídia. Há pouco mais de dez anos, eram raras as notícias sobre a instituição. Grande parte dos servidores e magistrados acompanhou essa mudança. Vários fatores podem estar associados à maior exposição da Justiça na Imprensa, entre eles, a própria evolução social e do conceito de cidadania a partir da Constituição de 88, bem como o incremento das assessorias de comunicação.

Antes, "juiz só falava nos autos". Era uma questão cultural. O entendimento era no sentido de que as decisões só interessavam às partes do processo. No entanto, a demanda por essa informação trouxe os julgamentos para o debate público, mesmo que isso tenha causado, de início, um certo desconforto. Isso porque a sociedade e a Imprensa também "julgam" de forma rápida e sumária, tomam partido e, algumas vezes, ressentem-se das decisões baseadas nas leis e nas provas constantes dos autos.

Atualmente, as notícias sobre o Poder Judiciário são crescentes. Os magistrados têm-se preocupado em aprimorar o relacionamento com a Imprensa e, conseqüentemente, com a sociedade. Prova disso foi a participação no *media training*, realizado pela Assessoria de Comunicação Institucional do TJMG, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes.

Vinte magistrados estiveram presentes no primeiro dia do encontro, em que a jornalista e professora Adriane Werner abordou conceitos de notícia, fonte, especificidades dos veículos de comunicação, posturas adequadas e outros assuntos. Doze magistrados participaram das aulas práticas, com a gravação de entrevistas, seguida de comentários sobre o desempenho (ver matéria da página 8). O próximo passo, por sugestão dos próprios participantes, é promover cursos de técnica vocal e oratória.

Tudo isso demonstra o interesse dos magistrados, em diferentes fases da carreira, em aprimorar as habilidades de atendimento à Imprensa. Somente dessa forma, pode-se mudar essa imagem já estigmatizada de não transparência que, na verdade, não corresponde à realidade dos fatos e não faz justiça aos esforços que vêm sendo empreendidos para aproximar o Judiciário da Imprensa e da sociedade.

## EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Sérgio Antônio de Resende;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: Célio César

Paduani; Superintendentes de

Comunicação: Alexandre Victor de Carvalho e Antônio Armando dos Anjos;

Secretário Especial da Presidência:

Luiz Carlos Elói; Secretária do

Presidente: Sidneia Simões; Assessor

de Comunicação Institucional:

Ronaldo Ribeiro; Gerente de

Imprensa: Wilson Menezes; Editoras e

Jornalistas Responsáveis: Ione

Bernadete Dias - RP nº 1929/MG e

Patrícia Melillo - RP nº MG 04592/JP;

Revisão: Patrícia Melillo e Bernadete

Dias; Design Gráfico: Narla Prudêncio

e Úrsula B. Baião; Fitolito e

Impressão: CGB Artes Gráficas Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).



Luiz Oliveira

## Juiz de Fora sedia encontro

Ao abrir, no dia 27 de novembro, o X Encontro Administrativo Regional em Juiz de Fora, último realizado no interior, o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, disse já sentir saudades. Ele expressou a satisfação do TJ em se aproximar das comarcas do interior, oportunidade para ouvir sugestões de juizes e servidores, esclarecer sobre o funcionamento da área administrativa da instituição e conhecer a realidade das comarcas. Além de Juiz de Fora, participaram do evento juizes e servidores de Aiuruoca, Além Paraíba, Alto Rio Doce, Andreilândia, Barbacena, Barroso, Bicas, Carandaí, Lima Duarte, Mar de Espanha, Matias Barbosa, Mercês, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Santos Dumont e São João Nepomuceno.

## CONCILIAÇÃO

# Esforço reconhecido e premiado

Fotos: Renata Mendes



## Vanderleia Rosa

Minas Gerais demonstrou dedicação e competência na 3ª *Semana da Conciliação*, realizada em dezembro de 2008. Esforço reconhecido que culminou na premiação das comarcas que se destacaram pelos resultados obtidos.

Em solenidade realizada no dia 16 de novembro no Tribunal de Justiça, as comarcas de Juiz de Fora, Ouro Preto, Monte Santo de Minas e Belo Horizonte foram agraciadas pela atuação em 2008. Também a Central de Conciliação de Precatórios do TJMG foi premiada pelo percentual de acordos homologados na Semana: 100%. Na oportunidade, o presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende, ressaltou que a conciliação representa a Justiça do Século XXI, ao possibilitar uma forma rápida e eficaz de resolver conflitos, evitando-se, dessa forma, o confronto judicial.

(12% de todos os atendimentos) e R\$ 39.693.807,38 que representam 54%.

## Concursos

Também nesse dia, foram premiados os vencedores dos concursos promovidos pelo TJMG "Uma Foto e uma História de Conciliação" e "Ideia Brilhante". O primeiro selecionou casos contados por pessoas que participam da conciliação; o segundo escolheu ideias que atendem aos objetivos do TJMG de aprimorar a prestação jurisdicional, otimizar a gestão administrativa e econômico-financeira e fomentar ações e projetos de responsabilidade socioambiental.

Ao falar dos benefícios da conciliação, o desembargador Antônio Armando dos Anjos, presidente da Comissão da Conciliação, citou palavras da ministra Ellen Gracie, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, que traduzem a importância dessa cultura: "O processo vale pelos resultados produzidos na vida das pessoas, não devendo o magistrado ater-se apenas aos requisitos processuais. Cabe-lhe precipuamente a função de pacificador social, visando afastar os conflitos com justiça."

**A Central de Conciliação de Precatórios do TJMG foi premiada pelo percentual de acordos homologados na Semana de 2008: 100%"**

## Conciliação 2009

Este ano, a *Semana da Conciliação* em Minas contou com a adesão de cerca de 150 comarcas e 300 varas, e mobilizou a Justiça Comum, os Juizados Especiais, as Centrais de Conciliação, os Juizados de Conciliação e a Central de Conciliação de Precatórios. É a 4ª vez que o Tribunal de Minas participa do Movimento Nacional pela Conciliação, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de disseminar a cultura da paz social por meio do acordo.

As audiências de conciliação são realizadas, regularmente, durante todo o ano. No entanto, na semana de dezembro, há um esforço concentrado por parte dos tribunais do País.

Os critérios utilizados para a premiação das comarcas vencedoras foram, dentre outros, o percentual de acordos homologados em relação às audiências designadas na comarca e o percentual de acordos homologados em relação à quantidade de acordos homologados na entrância.

As comarcas de Juiz de Fora (Entrância Especial), Ouro Preto (2ª Entrância) e Monte Santo de Minas (1ª Entrância) obtiveram o melhor desempenho, dentro dos critérios utilizados. Já Belo Horizonte destacou-se no total de pessoas atendidas e no valor dos acordos conciliados: 7.929 pessoas

Nas fotos, recebem os prêmios o diretor do Foro de BH, juiz Marco Aurélio Ferenzini, os três vencedores do concurso "Uma foto e uma história de conciliação" e o juiz da Central de Precatórios, Ramon Tácio de Oliveira

## FORMAÇÃO

# Curso na Ejef aborda Direitos Humanos

## Ione Bernadete

“O ser humano é agente de transformação das organizações e da sociedade. Toda instituição pública só se justifica se melhorar a qualidade de vida da população a que serve.” Esses são alguns dos valores em que se pauta a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) órgão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), criado em 1977, para cuidar da seleção, formação e desenvolvimento contínuo de servidores e magistrados do Poder Judiciário mineiro.

Desde então, a Ejef vem trabalhando continuamente na busca de constante aprimoramento, e na construção de um serviço público de qualidade e eficiência. É o que comprovam os recentes cursos oferecidos aos magistrados mineiros, que foram encerrados em novembro.

## Direitos Humanos

Credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e organizados em parceria com a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje), os cursos de “Direitos Humanos na Prática Judicial e Ética e Cultura Contemporânea”, iniciados no mês de setembro, atenderam às orientações da Enfam e foram transmitidos por videoconferência para as comarcas de Montes Claros, Uberlândia, Governador Valadares e Passos.

Os cursos foram distribuídos em dois módulos, cada

um com dez aulas. No curso de “Direitos Humanos na Prática Judicial”, o Módulo I abordou a “Situação dos direitos humanos na sociedade brasileira” e o Módulo II, os “Direitos humanos e sua fundamentação filosófico-histórica”. Já os módulos do curso “Ética e Cultura Contemporânea” focalizaram as “Dimensões da problemática ética contemporânea e Raízes da crise ética contemporânea”.

A última aula foi ministrada pela professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Miracy Barbosa

de Sousa Gustin, no dia 17 de novembro, e abordou o tema “Direito Constitucional e Direitos Humanos

O curso foi encerrado pelo 2º vice-presidente do TJ e superintendente da Ejef, desembargador Reynaldo Ximenes, que relembrou o início de sua carreira e as dificuldades que os juízes enfrentavam.

Segundo o desembargador, “a experiência acumulada, as atividades exercidas nas comunidades serviram de referência valiosa que nos permitiram participar da formação política e constitucional da Constituição Federal, que tantos poderes deram ao Judiciário”. Para ele, os cursos que ora se encerravam trouxeram grandes benefícios ao pensamento. “O Judiciário mineiro está cumprindo seu papel no contexto nacional e está se preparando para enfrentar a tentativa da quebra de autonomia, decorrente da crise que creio ser mundial,” concluiu Reynaldo Ximenes.

**O Judiciário mineiro está cumprindo seu papel no contexto nacional”**

A aula da professora Miracy Barbosa encerrou os cursos de magistrados





## LEGISLAÇÃO



Elpídio Donizetti integra a comissão que irá elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil

# Alterações no CPC: mais efetividade na Justiça

Daniela Lima

Com o objetivo de dar maior agilidade à Justiça, o Senado federal constituiu uma comissão de juristas para elaborar, em seis meses, a contar de novembro, o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC).

O desembargador Elpídio Donizetti, da 18ª Câmara Cível do TJMG e presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), é um dos integrantes dessa comissão, que é presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luiz Fux. A comissão conta também com a participação dos juristas Adroaldo Fabrício, Benedito Pereira Filho, Bruno Dantas, Humberto Theodoro Júnior, Jansen Almeida, José Miguel Medina, José Roberto Bedaque, Marcus Vinicius Coelho, Paulo Cezar Carneiro e Teresa Wambier, que será a relatora.

Sobre a sua participação nessa comissão, comenta o desembargador Elpídio Donizetti: "A linha da comissão é a linha do pragmatismo, do processo de resultado, e não do processo para a discus-

são de conceito, de 'firulas'. É preciso que a pessoa ingresse em juízo sim, mas é preciso que ela tenha uma saída, com a definição de seu direito, que ela o veja reconhecido ou negado, mas que essa definição possa cumprir o papel de pacificar o conflito".

A atual legislação processual civil data de 1973 e, de lá para cá, já teve 64 alterações. Para o desembargador, a tarefa da comissão será consolidar, sistematizar e ao mesmo tempo "enxugar" o código, torná-lo menos formalista, dirimir pontos polêmicos e aproveitar algumas posições da jurisprudência.

## Recursos

Nesse sentido, Elpídio Donizetti recomenda que haja muitas mais rigorosas para a interposição de recursos procrastinatórios, que têm como único objetivo arrastar o processo e adiar a decisão final. Porém, ele acredita que não há muito que se fazer nessa questão, e sim aperfeiçoar,

"seria horrível para o cidadão chegar a um estágio que suprima o recurso", pois isso poderia criar "não a Justiça rápida, mas a injustiça rápida". Na sua opinião, o recurso é importante para garantir que a pessoa ferida em seu direito tenha a quem recorrer, por isso "é preciso ter cuidado ao restringir a possibilidade de recurso", conclui.

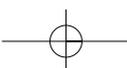
## Agilidade

Outro ponto que Elpídio Donizetti considera importante é a adoção de "medidas para que as pessoas nem precisem ir ao Judiciário". "Hoje, a principal origem de demanda talvez seja a telefonia, o sistema bancário e outros serviços", diz o desembargador. Ele defende que as agências reguladoras cumpram o seu papel de definir regras claras e sejam punidas caso não deem uma resposta satisfatória ao cliente.

Elpídio Donizetti acha importante ter uma legislação nova, mais adequada ao nosso tempo, mas também lembra outros aspectos fundamentais para a efetividade

da Justiça. "O objetivo é sempre a agilidade do processo, mas a lei por si só é como uma partitura, e a partitura sozinha não toca, é preciso uma orquestra. Vamos fazer uma partitura melhor, mais consistente, que dê mais coerência ao sistema. A agilidade virá com a orquestra, com uma melhor estrutura para o Judiciário", comparou o magistrado.

**... a lei por si só é como uma partitura, e a partitura sozinha não toca, é preciso uma orquestra"**



## RETROSPECTIVA

## Século XXI : lá s

Manuela Ribeiro

A essa altura do ano, as pessoas começam a repetir algo que, embora banal, tem muito de verdade: "o tempo voou, nem vi dezembro chegar". A declaração expressa a súbita percepção do encerramento de mais um ciclo de 365 dias, disparando a preparação para novas etapas, planos e projetos.

De repente, não mais que de repente, chegamos ao término da primeira década do Século XXI, aquele mesmo que já pareceu distante e que, nos filmes de ficção científica, figurava como a cifra de um futuro que nem estava ao nosso alcance imaginar.

No Tribunal de Justiça, esses dez anos, mesmo que arranquem de magistrados e servidores perplexos um "parece que foi ontem" foram responsáveis por mudanças decisivas. Atualmente, na virada da década, há decisões em pauta que podem influenciar grandemente a rotina da Instituição. Mas, como ainda é cedo para saber o que virá, vale recordar o que ficou para trás nesse período.

## Mudanças no TJ

O que mudou desde o longínquo Século XX? Em 1999, o *TJMG Informativo*, hoje na sua adolescência, tinha apenas cinco anos de existência. Naquele ano, o Tribunal apresentava seu primeiro Plano Estratégico de Gestão

Institucional e instituiu o programa *Conhecendo o Judiciário*. Parte dos desembargadores, juizes e servidores que, então, davam seus primeiros passos, agora se empenham, com ampla experiência, em oferecer uma prestação jurisdicional cada vez melhor. Em contrapartida, outras pessoas finalizaram uma carreira de longos anos de dedicação.

Em 1999, junto com o euro, a moeda hoje vigente na Comunidade Europeia, surgia o *Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental Infrator (PAI-PJ)*. No ano seguinte, os cientistas anunciariam o sequenciamento do genoma humano.

## Momentos dignos de memória

Em agosto de 2001, morria o escritor Jorge Amado. Em setembro, a invasão norte-americana no Afeganistão respondia agressivamente ao ataque às Torres Gêmeas. Nessa época, nascia também o Projeto *Novos Rumos na Execução Penal*, que tem como objetivo incentivar a criação e expansão, no Estado de Minas, de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs). Desde então, várias unidades foram inauguradas; hoje, existem 26 unidades em funcionamento e 59 em processo de implantação; 89 comarcas já

se beneficiam ou serão favorecidas pela iniciativa, que envolve 271 municípios.

Quem acompanha com ansiedade a paixão nacional que não se submete à Lei Seca (em vigor desde 2008) viu o Brasil ganhar a Copa de 2002, no Japão e na Coreia do Sul, e perdê-la quatro anos depois, na Alemanha.

**Esses dez anos, mesmo que arranquem de magistrados e servidores perplexos um "parece que foi ontem", foram responsáveis por mudanças decisivas**

Os que preferem outras modalidades esportivas podem ter assistido a vitórias olímpicas em 2000, 2004 e 2008: vela, hipismo, vôlei de praia e de quadra foram destaques.

Ligada à 3ª Vice-Presidência do TJ, a Assessoria da Gestão da Inovação (Agin) foi criada em 2003 para promover e acompanhar os projetos inovadores,

como o *Novos Rumos na Execução Penal*, as Centrais de Conciliação, as Equipes de Apoio e o Juizado de Conciliação. Conforme a assessora especial Vera Lúcia Silva, a Agin busca "incentivar novas ideias e viabilizar sua implantação depois de uma análise cuidadosa".

Em 2004, a proposta de abraçar a conciliação nos feitos de família vencia a categoria "Juiz Coletivo" da primeira edição do Prêmio Innovare. Em seguida, em 2005, surgia o portal de compartilhamento de vídeos Youtube; um ano depois, Lula sancionava a Lei Maria da Penha.

## Fazendo história

De lá para cá, termos como "sustentabilidade", "acessibilidade" e "conciliação" não só povoaram o vocabulário, mas começaram a fazer parte do dia a dia do TJMG. Com o avanço tecnológico, tornou-se imprescindível lidar com a informatização e com ferramentas como a *internet*, os sistemas integrados, a *intranet*, o ponto eletrônico.

Para os servidores, cada uma dessas etapas teve seus desafios. A escrevente Irene Ferreira Gomes, da 15ª Vara Cível, está no Tribunal desde 2000. Ela pertencia aos quadros do Tribunal de Alçada, extinto e incorporado ao TJMG em 2005. Segundo Irene, a transição não foi fácil, entre outras coisas por causa da



Exemplares do *TJMG Informativo* de 1999 e de 2009

# se vai uma década



Renata Mendes

■ O programa PAI-PJ presta assistência a doentes mentais que cometeram algum tipo de crime



Sefot/TJMG

■ O Tribunal de Alçada funcionava na Avenida Francisco Sales

adoção de um sistema de gerenciamento de processos totalmente diferente.

"Estávamos habituados a uma estrutura menor e mais simples. Sabíamos a quem procurar, os nomes e números de telefone. De uma hora para outra, cresceu o volume de serviço. Felizmente, também aumentou o número de funcionários e melhorou a qualidade e a quantidade dos equipamentos. Há dez anos, seria impossível oferecer um computador a cada servidor", afirma.

O desembargador José Altivo Brandão Teixeira também avalia a unificação como uma das grandes mudanças ocorridas nos últimos dez anos. De acordo com ele, a medida não representou apenas uma alteração extrema na correlação dos membros da corte nem tampouco o mero aumento do número de magistrados. "Foi uma oportunidade de integração de desembargadores

mais jovens, com bom entendimento sobre questões recentes, e que também passaram a participar da administração", explica.

Outra mudança de peso foi a reforma do Judiciário, com a criação, em 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Brandão Teixeira, embora veja as consequências positivas, salienta que o órgão às vezes interfere na rotina dos tribunais de forma negativa e não deve prejudicar a autonomia deles. "Algumas metas propostas já eram cumpridas antes pelos tribunais", destaca o magistrado.

Nas palavras do desembargador, ao fim desses dez anos, sopram "ares de renovação" no Tribunal. Para ele, a casa, "tradicionalmente conservadora", conseguiu modificar-se, "mantendo-se atualizada e acompanhando a modernização, sempre atenta ao momento presente".

**O desembargador José Altivo Brandão Teixeira também avalia a unificação como uma das grandes mudanças ocorridas nos últimos dez anos**

■ O trabalho faz parte da rotina dos recuperandos nas Apacs



Sefot/TJMG

Renata Mendes

ndim  
leda  
xcel  
e exi  
do p  
r.  
nas

## COMUNICAÇÃO

# Curso mostra como e por que falar com a imprensa



Fotos: Luz Oliveira

■ A jornalista Adriane Werner fez a palestra para os magistrados

por isso sinto dificuldade em me manifestar por meio dos veículos de comunicação. Acho útil que tenhamos esse conhecimento", defende.

que uma resposta podia ser apresentada de maneira mais direta, parava e mostrava a melhor parte da fala. E sempre reforçava: "Primeiro responde, depois explica e contextualiza, senão dá a impressão de estar querendo se esquivar da resposta", argumenta.

**Quem ganha com essa aproximação entre imprensa e Judiciário é a população"**

O coordenador da Central de Conciliação de Precatórios, juiz Ramom Tácio, considerou o curso muito proveitoso, porque, na sua opinião, "lançou diretrizes de suma importância para o magistrado dialogar

de um modo mais eficaz com a imprensa".

O desembargador Mauro Soares de Freitas acredita estar mais bem preparado para atender a imprensa. "A parte prática com o comentário é muito didática. A jornalista comentou a falha, eu entendi e concordei plenamente", esclarece. E recomenda o curso: "Quem não veio, perdeu".

## Letícia Lima

Entender melhor o motivo de se falar com a imprensa, saber como se portar diante das câmeras, compreender as especificidades de cada veículo de comunicação, bem como as necessidades dos jornalistas para melhor se fazer entender e comunicar com a sociedade. Essas foram as características do *media training*, curso realizado no TJMG para magistrados nos dias 17 e 18 de novembro.

Para o superintendente de Comunicação do TJ, desembargador Antônio Armando dos Anjos, a realização de um curso como esse, que envolveu parte teórica e prática, é muito importante. "Temos que mudar essa posição dos magistrados de serem avessos à imprensa. É preciso acabar com essa reação e devemos nos preparar para dar informações mais coerentes. Nesse sentido, creio que o curso está atendendo os objetivos", declarou.

O 2º vice-presidente do Tribunal e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), desembargador Reynaldo Ximenes, comenta que a "coleta de informação é que permite o crescimento da instituição".

A jornalista Adriane Werner, que conduziu o curso, confessou se sentir motivada durante o evento porque os magistrados se mostraram atentos aos assuntos da grande imprensa, suscitando debates e esclarecendo dúvidas.

Segundo ela, "quem ganha com essa aproximação entre imprensa e Judiciário é a população". E acrescenta: "Compreendendo melhor a atuação da imprensa e sabendo como lidar com cada veículo, há uma comunicação mais eficaz, o que possibilita se desfazerem mitos em relação ao Judiciário." Para ela, "no momento em que as pessoas passam a entender melhor a Justiça, vai desaparecer o julgamento sem conhecimento", afirma.

A desembargadora Heloísa Combat explicou que segue essa linha de pensamento, mas quis participar do curso, pois acha que tem dificuldades em lidar com a imprensa, apesar de estar sempre disposta a recebê-la. "A postura do Judiciário é a de se aproximar da população e a forma melhor de conseguir isso é através da divulgação do trabalho, via imprensa. Mostrar o que está sendo realizado e externar o pensamento faz parte da cidadania. Na nossa formação não se inclui uma forma de lidar com a imprensa,

## Prática

Os magistrados participaram da parte prática, que consistia em conceder uma entrevista televisiva, gravada, para a jornalista Adriane Werner. Em seguida, foi mostrada a gravação para eles e, à medida em que ela achava

■ O desembargador Herbert Carneiro participa de exercício durante a aula prática do curso



ENTREVISTA - Paulo Cesar Souza Tavares

# Conectados com o universo



Luiz Oliveira

Paulo Cesar (à direita, no primeiro grupo) e servidores da Vara Cível da Infância e da Juventude venceram gincana promovida no TJMG

Francis Rose

Sustentabilidade é mais do que pensar na adoção de medidas para economizar energia e colaborar com a preservação da natureza: é investir em um ambiente onde a convivência entre todos – homens, plantas e demais recursos – se dá de forma harmônica. Foi essa a lição aprendida pela equipe da Vara Cível da Infância e da Juventude que venceu a gincana “Sustentabilidade: uma questão de atitude”, promovida durante a 14ª Semana do Servidor do Tribunal de Justiça, realizada em novembro. Em entrevista ao *TJMG Informativo*, o líder do grupo, o comissário da Infância e da Juventude Paulo Cesar Souza Tavares, também professor de Filosofia e Ética, conta sobre o envolvimento dos integrantes da equipe *Sustentare*: *Porque o planeta é o nosso lar e sobre o aprendizado que – ao final da gincana – cada um levou para casa e para o seu local de trabalho.*

**TJMG Informativo - O que mudou no dia a dia dos integrantes da equipe depois da gincana?**

**PCST** - Todos começaram a prestar mais atenção a ações simples, como checar, antes de ir embora, se todos os computadores, lâmpadas e ventiladores estão desligados. O uso dos copos descartáveis também mudou. Muita gente está trazendo sua garrafinha de água de casa ou usando o mesmo copo durante todo o expediente. Entre as ações sustentáveis que adotamos, está o uso de material coletivo. Canetas e lápis são usados ao longo do dia e devolvidos no fim do expediente. Não tem mais aquela história de levar a caneta para casa e esquecer-se de trazê-la no dia seguinte.

**TJMG Informativo - Como foi o envolvimento dos servidores para cumprir o que foi proposto na gincana?**

**PCST** - Todos pesquisaram ações sustentáveis e participaram das discussões. Muita gente envolveu até os familiares na busca por sugestões que pudessem ser usadas na gincana. No fim das contas, a participação trouxe também

mudanças em casa. Percebemos que quanto mais queremos consumir, mais precisamos destruir. Alguns participantes relatam ter abandonado a “banhoterapia” em casa, que são os banhos prolongados, que desperdiçam água e energia. Outros começaram a pensar até na possibilidade de “reciclar” os alimentos, usando partes de frutas, verduras e legumes que, normalmente, iriam para o lixo.

**Percebemos que quanto mais queremos consumir, mais precisamos destruir”**

**TJMG Informativo - A gincana trouxe alguma surpresa?**

**PCST** - Além da vitória, descobrimos talentos dos colegas de trabalho que não conhecíamos e nem imaginávamos. Também ficamos mais unidos e motivados. Cada um deu uma contribuição e isso foi fundamental. Nossa equipe inscreveu 10 pessoas e outras quatro deram contribuições. Agora, no momento de usufruir da premiação

(um final de semana com acompanhante em uma pousada na Serra do Cipó), vamos viajar todos os 14. Será uma possibilidade de confraternização. A participação na gincana e a vitória melhoraram nossa auto-estima e nos permitiram reconhecer o valor do outro. São ganhos que extrapolam o ambiente de trabalho.

**TJMG Informativo - O que precisa mudar para que a sustentabilidade passe a fazer parte do dia a dia das pessoas?**

**PCST** - Nos últimos tempos, todos estão mais conectados a essas questões do universo. No entanto, é preciso uma mudança de hábitos e de paradigmas. Quando escolhemos o nome da equipe – *Sustentare* – verificamos que a palavra sustentabilidade vem do latim e significa manter, cuidar, preservar. Então, é preciso pensar nisso mesmo: se não cuidarmos do planeta, quem vai cuidar? É necessário que o homem deixe de ver o mundo a partir de uma relação de domínio. Precisamos passar a ver as coisas do ponto de vista do cuidado. Foi o que abordamos no painel que criamos para a gincana, uma sugestão de trocar a agonia do universo pelo universo do cuidado.

## INTEGRAÇÃO

# Espaço reaproxima magistrados aposentados

## Wilson Menezes

Viver a vida com intensidade em todas as suas fases. Essa talvez tenha sido a motivação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) ao inaugurar no mês passado, o "Espaço de Convivência Desembargador Corrêa de Marins", que é destinado aos desembargadores aposentados. Agora, eles têm um ambiente agradável e acolhedor para integração, diálogo e confraternização. O Espaço está instalado no 15º do anexo II do TJMG, da unidade Goiás e foi inaugurado através da Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom).

O desembargador Luiz Carlos Biasutti aplaudiu a criação do Espaço "tão justamente denominado Desembargador Corrêa de Marins, nosso estimado e saudoso ex-presidente que primava pelo convívio com os colegas". O magistrado usa os versos do poeta Thiago de Mello para demonstrar sua satisfação: "Volto armado de amor, para trabalhar cantando na construção do amanhã. Reparto a minha esperança e canto a clara certeza da vida nova que vem".

Já a desembargadora Myriam Saboya avaliou que o Espaço preencheu uma lacuna existente no Judiciário. "Com a aposentadoria, desapareceram o convívio diário e a troca de informações. O cumprimento amistoso se faz num vazio. Para muitos, o colega aposentado é um ser vivente sem brilho. Quantos magistrados da ativa não conhecem, nem de nome, o aposentado e vice-versa. Agora poderemos nos integrar, pois estaremos livres do isolamento".

Na mesma linha de pensamento está o desembargador Nilson Reis que associa o Espaço à lembrança de fatos e histórias que marcaram a vida de todos os magistrados. Pensamento endossado pelo ex-presidente do TJ, desembargador Vaz de Mello, ao salientar a importância da iniciativa que, para ele, "redime a instituição por demorar a criar um espaço para reunir os magistrados".

## Vida nova

O magistrado, depois de aposentado, deve desfrutar do merecido descanso após anos de árduo trabalho e dedicação. O tempo é usado para maior

convívio com a família e os amigos, além de viajar, defende o desembargador Luiz Carlos Biasutti. "Ganhei sofrendo a certeza de que o mundo não é só meu. Mais que viver, o que importa é trabalhar na mudança do que é preciso mudar", mais uma vez o magistrado cita o poeta Thiago de Mello para definir seu atual momento.

A desembargadora Myriam Saboya diz que o magistrado, após a aposentadoria, tenta uma nova rotina de vida, já que os malotes de processos que antes dançavam à sua frente sumiram. "Enquanto fomos, cumprimos o nosso dever, os que são que façam o mesmo, pois o destino de todos é o mesmo, um dia,

queiramos ou não, a aposentadoria se apresenta e se instala".

Nilson Reis defende que a aposentadoria não afasta outro exercício profissional que será alicerçado na experiência adquirida. "Encarar, conscientemente e tranquilamente, a vida com dignidade e visão da nova realidade, compreendendo-a, com experiência. Sonho e experiência jamais podem desaparecer de sua vida, sempre acreditando na sua potencialidade pessoal. Mas a saudade é confessa". O ex-presidente Vaz de Mello concluiu: "Contrariamente ao que dizem alguns colegas, a aposentadoria não é castigo, mas recompensa pelo trabalho exercido durante muitos e muitos anos".



■ "Agora poderemos nos integrar, pois estaremos livres do isolamento" (Desembargadora Myriam Saboya)

## CULTURA

# "Do desenho à obra": ainda é tempo de apreciar

Rosana Maria

Espaço dedicado à exposição de obras artísticas, o saguão do Fórum Lafayette é um convite à descontração e a momentos de cultura, proposta possível para minimizar o estresse natural provocado pelo litígio.

Quem ainda não visitou a exposição "Do desenho à obra", de João Martins Neto, tem até o dia 18 de dezembro para apreciá-la. Nela, o artista apresenta pinturas, litogravuras, xilogravuras, gravuras em metal, desenhos e esculturas.

Ele utiliza a técnica denominada encáustica que, segundo informa, era usada na antiguidade pelos egípcios e consiste no uso de cera de abelha misturada com cera de carnaúba e pigmento em pó. "Eu crio a tinta, derreto a cera e faço a tonalidade da cor imaginada", comenta o artista.

João Martins ressalta que a pintura encáustica é aplicada com pincel ou com espátula quente e que é uma técnica resistente, lembrando que as pinturas feitas com essa técnica na antiguidade resistiram ao tempo e chegaram até nós.

Segundo o artista, a sua pintura apresenta plasticidade de textura, de matéria, de cor e de forma, em trabalhos figurativos e abstratos. "Os trabalhos figurativos remetem aos sentimentos, ao lúdico e à representação do belo em busca da poesia na pintura", esclarece João, acrescentando que, em algumas obras, costuma misturar o figurativo com o abstrato.



Túlio Travaglia

Parte das obras em exposição no Fórum

## O artista

João Martins Neto nasceu em Belo Horizonte, em 1982. Formou-se em Artes Plásticas pela Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg), em 2007. Aprimorou seus conhecimentos na The Art Academy, em Londres.

A partir de 2007, começou a marcar presença em exposições e suas pinturas e esculturas estiveram expostas na Funda-

ção de Arte de Ouro Preto (Faop) e na Escola Guignard. Neste ano de 2009, foi um dos artistas escolhidos para participar da Bial da Energia, promovida pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), no Palácio das Artes e na Expominas.

Sobre a exposição "Do desenho à obra", a escritora Lúcia Castello Branco ressalta que o que realmente importa na obra de João Martins

Neto é a existência de um desejo de retorno ao orgânico: à madeira, à cera de

abelha, à carnaúba, ao barro. "Porque é do orgânico que a obra emerge: os corpos dos amantes, os corpos das árvores, os corpos da paisagem, o abstrato", conclui.

**O que realmente importa na obra de João Martins Neto é a existência de um desejo de retorno ao orgânico..."**

A Galeria do Fórum Lafayette está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 8 às 18h. O endereço é avenida Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto. O espaço é coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom) - Fórum Lafayette, com o apoio da direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.

Neto é a existência de um desejo de retorno ao orgânico: à madeira, à cera de

Henrique Gualtieri



João Martins utiliza a técnica encáustica em suas pinturas

CULTURA

Divulgação

Cena de *Luna Papa*



## Cinema asiático no Cineclube TJ

### Lucas Loyola

Passado em uma aldeia do Tadjiquistão - estado independente, situado na Ásia Central Soviética -, *Luna Papa* retrata, de forma fantasiosa, uma cultura baseada na tradição e nas superstições, em um mundo à beira do caos.

Lei e ordem não existem no vilarejo próximo a Samarcanda. A autoridade é representada por sobreviventes da guerra no Afeganistão, ex-militares que passeiam pelas estradas poeirentas num tanque de guerra. Nessa paisagem árida começa a história de Mamlakat, a garota de 17 anos, órfã de mãe, que quer ser atriz. O pai, Safar, cria coelhos, e o irmão, Nasredin, ficou retardado por causa da explosão de uma bomba.

Em uma noite de lua cheia, a bela Mamlakat é seduzida por um estranho misterioso que se diz amigo de Tom Cruise. O estranho desaparece na escuridão deixando a jovem grávida.

Na barriga da mãe, a criança narra as aventuras e desventuras de sua família, enquanto procura por seu pai. Para o pai da jovem grávida e para seu irmão, a busca pela paternidade da criança é uma questão de honra.

Eles caem na estrada atrás do sedutor. Querem que ele repare o mal que causou casando-se com a jovem. A repressora população da cidade discrimina a garota, chamando-a de prostituta.

Nas relações que se estabelecem entre os três personagens pode-se vislumbrar uma tentativa de interpretação metafórica da situação no Tadjiquistão, após o esfacelamento da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas: a autoridade que não existe; a garota, violada que, depois do fato consumado, tem a coragem necessária para enfrentar a família e a comunidade. A emoção é o mais belo efeito de *Luna Papa*.

O filme, do diretor Bakhtyar Khudonazarov, é a atração do *Cineclube TJ*, no dia 17 de dezembro, às 19h, no auditório do Anexo II - rua Goiás, 253, 3º andar. A entrada é franca.



## CLICK DO LEITOR

Situadas na Serra Gaúcha, as cidades de Gramado e Canela são um convite irresistível para a temporada de final de ano e Natal. A arquitetura colonial trazida por imigrantes alemães, a tradição na elaboração de chocolates, o turismo histórico-religioso, a gastronomia e a dedicação das cidades à celebração do Natal são ingredientes indispensáveis à "degustação" de todos. É definitivamente imperdível.

Márcio Giovany Mendes - Oficial de Apoio Judicial / Unai

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).



IMPRESSO